

1

Introdução

Ao longo do século XIX, a região do Rio da Prata viveu o esfacelamento da ordem colonial e a revolução que resultou na independência daqueles territórios que formavam o antigo Vice-Reinado do Prata. Após esse momento, o que é hoje o território argentino teve que esperar até 1853 para que o número de entidades soberanas – até então múltiplo – fosse reduzido à Confederação Argentina e ao Estado Livre de Buenos Aires. Somente entre 1861 e 1862 o país atualmente conhecido como Argentina se uniria sob o comando de um único governo constitucional, e mesmo assim, nos anos seguintes, os problemas entre as províncias e a questão da localização da capital nacional ainda levariam duas décadas para serem resolvidos.

Desde o processo revolucionário, aquelas regiões da antiga colônia tiveram que dar conta da tarefa de fundar uma nova legitimidade política para assumir o vazio deixado pela antiga ordem colonial. Naquele contexto conflitivo, vários homens públicos atuantes naquele período perceberam a independência não como uma simples mudança de foco de governo, mas também como uma oportunidade de realizar a idéia filosófica da construção de uma nova ordem republicana.

De forma geral é possível pensar naquele momento – marcando em especial o período que se inicia com a Revolução Francesa – como extremamente rico e interessante pela intensidade das transformações sociais, políticas, econômicas, e culturais. Uma das formas possíveis de se estudar o caráter e a extensão de tais transformações é através do estudo de conceitos como *revolução*, *história*, *nação*, e o que mais nos interessa aqui: *civilização*.

O presente trabalho busca entender o modo pelo qual dois grandes intelectuais argentinos – Juan Bautista Alberdi e Domingo Faustino Sarmiento – se utilizaram desse último conceito, que já existia no campo lingüístico da época, mas de maneira a ressignificá-lo e transformá-lo. Interessa-nos principalmente investigar as alterações nas camadas de significado e as novidades que este conceito passa a carregar, no discurso de cada um deles. Desse modo, será

possível compreender melhor a maneira pela qual *civilização* funciona como índice e fator em relação aos seus projetos nacionais-civilizatórios, na medida em que este conceito fornece pistas sobre as mudanças que ocorrem no seu conteúdo, ao mesmo tempo em que opera no sentido de promovê-las.

Consideraremos aqui – sob influência de John Pocock¹ – que os textos de Alberdi e Sarmiento naquele período, se encaixam na categoria de discursos políticos, dotados de performances manifestadas em atos de fala, através dos quais os seus autores buscam rearticular os elementos simbólicos presentes entre as possibilidades linguísticas, no sentido de intervir na realidade. É através dessa intervenção que o discurso pode operar sobre o contexto. Percebemos até pelas próprias diferenças entre as cargas semânticas no conceito de “civilização” dos dois intelectuais argentinos, que um mesmo momento histórico pode abrigar diferentes discursos e dar espaço para diversos tipos de intervenção na *langue*; o que ajuda a romper com a idéia de que os discursos seriam meros reflexos de um determinado contexto lingüístico.

Outra contribuição de Pocock a explicitar, e que pode ser fundamental para este trabalho, tem a ver com a sua noção do contexto lingüístico como “um jogo reconhecidamente aberto a mais de um jogador”. O contexto em que estavam inseridos Sarmiento, Alberdi, e toda a geração de intelectuais que propunha diferentes projetos na busca de uma “nação civilizada”, certamente pode ser tratado como um jogo em que os “jogadores”, através de seus “lances”, disputavam sobre qual projeto deveria se apoiar a civilização argentina. Nesse processo, no qual operaram simultaneamente como autores e atores políticos, fizeram parte de seu vocabulário, além de *civilização* e o seu correspondente antitético *barbárie*, todo um conjunto de conceitos – como aqueles citados no início – que sofreram inúmeras alterações semânticas em função da própria dinâmica de enfrentamento daquele “jogo político”.

Para dar conta da tarefa de estudar o conceito de civilização nos discursos dos dois autores, será necessário reconstruir um quadro das linguagens políticas e investigar as relações entre atores e discursos daquele período em que, não só Alberdi e Sarmiento, mas vários intelectuais da elite dirigente daquela região

¹ Cf. POCOCK, J. G. A., *Linguagens do ideário político*.

começavam a propor projetos de nação e civilização. Estaremos preocupados aqui com o período que vai do final da década de 1830 – que guarda, como veremos, a fundação da *Geração de 1837* – até 1852 – ano em que Juan Manuel de Rosas é derrotado na *Batalha de Caseros*, quando a disputa entre Alberdi, Sarmiento e outros intelectuais, sobre qual seria o melhor projeto de nação e civilização a ser adotado já envolvia um debate constitucional.

Antes dessa tentativa de organizar o território sob uma constituição, ocorreram duas outras: a primeira em 1819, após o período imediatamente posterior à guerra de independência, e a segunda em 1826, sob o comando de Bernardino Rivadavia, ao que se seguiu o início da intensa divisão da elite política em dois grupos, os unitários – que defendiam uma forma de governo de unidade e centralizada – e os federais – que defendiam a manutenção do respeito pelas soberanias das províncias.

A historiografia tradicional, durante muito tempo, trabalhou com uma explicação para esses fracassos, fundada em um conjunto de explicações que formaram uma espécie de “mitologia do vazio institucional”; ou seja, apelou “en forma casi excluyente, al fenómeno del caudilismo para encontrar respuestas a la problemática del fracaso de los proyectos de organización constitucional en la primera mitad del siglo XIX”². No entanto, a historiografia mais recente tentou nos elucidar de que o poder dos caudilhos, longe de ser explicado por fatores como o carisma, ou a posse de recursos e o clientelismo, pode ser melhor compreendido se relacionado ao conjunto de instituições e relações formais, herdadas principalmente desde o fim do período colonial, e que não desapareceram com a guerra de independência.

Em síntese, é seguro afirmar que essa institucionalização teve muito a ver com a ocupação e o povoamento das cidades à época ainda dos Habsburgo, que para organizar as colônias, recriaram as instituições medievais dos *cabildos*, por meio das quais as cidades eram administradas e acabavam exercendo alguns direitos políticos.

² GOLDMAN, Noemí.; SALVATORE, Ricardo., *Caudilhisimos Rioplatenses*, p. 21.

Os poderes locais na região do Prata ganharam ainda mais corpo após o período da política centralizadora das *reformas borbônicas*³, que poderia ter operado em um sentido contrário a idéia de *autogoverno*, mas que terminou por constituir-se em “um estímulo dele, tanto no primeiro aspecto de colaboração geral entre ambas as partes, como posteriormente, ao exercitar suas renovadas forças em confrontações com as autoridades coloniais”. Afinal o aumento das rendas municipais teria estimulado a atividade das municipalidades, “que começaram a reclamar maior participação no governo local”⁴. Nas colônias do Prata, portanto, o efeito das reformas borbônicas teria sido “uma irritação generalizada derivada das menores oportunidades de participação nos diversos níveis da administração”⁵.

Essa seria, na interpretação bastante influente de Chiaramonte, a base sobre a qual novas “entidades provinciais” teriam eclodido; o fracasso da primeira tentativa constitucional de 1819 – seguida da dissolução do poder central em 1820 – e a ampliação da participação e representação política nos campos – resultado dos enfrentamentos da época das guerras de independência – teriam fortalecido ainda mais as províncias, como soberanias locais que foram aos poucos substituindo as “municipalidades”, estabelecendo sistemas republicanos e representativos e buscando se organizar enquanto Estados, assumindo atribuições soberanas e operando como atores no direito internacional.

A tentativa de Bernardino Rivadavia – em 1825 – de organizar o país sob um poder executivo nacional e uma constituição de cunho liberal deixou de lado esse caráter soberano desenvolvido pelas províncias. Certamente, essa recusa por parte do governo de Rivadavia em reconhecer aqueles poderes locais foi uma das causas para a sua crise e dissolução. Esse momento serve como marco do acirramento das tensões e disputas, políticas e militares, entre os grupos *unitários* e *federais*. Para Fabio Wasserman, esse processo “no implico en modo alguno que desapareciera del horizonte la posibilidad de constituir una entidade política

³ Conjunto de medidas pelas quais, à grosso modo, o reinado de Carlos III – no último terço do século XIX – buscou promover a modernização e aumentar o controle da metrópole espanhola sobre as suas colônias. Destacam-se aqui o aumento das rendas e a expansão das autonomias, fatores que favorecem o desenvolvimento das municipalidades na região.

⁴ CHIARAMONTE, José Carlos., *Cidades, províncias, estados: origens da nação argentina (1800-1846)*, p. 98.

⁵ *Ibid.*, p. 100.

nacional”⁶; a questão, segundo ele, é que alcançá-la “no era algo predeterminado sino objeto de constantes disputas”.

Assim, se havia, por um lado, um “estado de indeterminação”, que seria resultado de certa debilidade política e institucional e das lutas facciosas⁷, favorecido pela dificuldade em equilibrar os diversos poderes locais; por outro, é fundamental propor que esse contexto de conflitos e instabilidades não pode ser compreendido se considerado apenas sob a idéia de “anarquia”, ou pela concepção teleológica de que a nação *ainda* não seria uma preocupação àquela altura. Isso seria incorrer no erro – típico dos próprios Alberdi e Sarmiento – de considerar que a Argentina vivia o seu “estado de natureza”, ou que a *Geração de 1837* teria sido o “ponto de partida”, e que antes dela inexisteriam vetores institucionais nas sociedades da região do Prata. É muito importante, portanto, que sublinhemos o fato de que não existia apenas uma disputa pelo poder, mas também sobre quais seriam os parâmetros institucionais, territoriais e conceituais que este deveria assumir.

Os diversos projetos propostos a partir da década de 1830, pelo grupo que mais tarde seria conhecido como *Geração de 1837*⁸, tiveram que lidar com as tensões inerentes a essa disputa. Porém, antes de caracterizar o papel desse grupo, que foi o “lugar” desde onde Alberdi e Sarmiento prepararam os seus projetos nacionais-civilizatórios, é útil recuperar brevemente alguns traços da história do regime político do rosismo – o contexto maior em que estavam inseridos aqueles intelectuais.

Em 1829, Juan Manuel de Rosas foi apresentado ao povo da província de Buenos Aires como o único homem capaz de dar conta do acirramento entre unitários e federais, erguendo-se como um líder poderoso ao ganhar da Sala de Representantes – agora controlada pelos federais – o título de “Restaurador das

⁶ WASSERMAN, Fabio., *Entre Clio y la Polis: Conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de la Plata (1830-1860)*, p. 26.

⁷ Essa é a interpretação defendida por Tulio Halperin Donghi. Cf. HALPERIN DONGHI, Tulio., *Revolución y guerra: formación de una elite dirigente en la argentina criolla*.

⁸ Utilizaremos preferencialmente essa denominação, ainda que *geração romântica* ou *Nova Geração* também possam ser utilizadas.

Leis”, simbolizando a figura de um guardião, que deveria restabelecer as leis e princípios fundamentais que o grupo de Rivadavia – os unitários – teria destruído.

O nome próprio com o qual a historiografia classifica o período, ainda que esta tenha oferecido interpretações distintas sobre ele, caracteriza a centralidade da figura de Rosas. Mas diferentemente do primeiro governo - iniciado em 1829 e interrompido pela decisão de Rosas de sair do governo no qual lhe fora negada faculdades extraordinárias que exigia e liderar a *Campanha ao Deserto* – o período que se inicia em 1835 terá exacerbada essa centralização, afinal surgiu junto com ele um novo tipo de legitimidade, construída sobre os instrumentos que buscaram forjar a unanimidade, como a dimensão plebiscitária do regime. É claro que seria errôneo, porém, pensar que a hegemonia rosista consistiu numa ordem isenta de tensões e conflitos, afinal durante todo o tempo que aquela durou, foi marcada pela instabilidade resultante da dificuldade em conciliar os interesses das províncias de um lado, e o de Buenos Aires como poder executivo central comandado por Rosas, por outro.

O plebiscito surgiu como uma nova modalidade de expressão do consenso, ao passo que a dissidência foi progressivamente se tornando algo impraticável. Os símbolos de adesão – como a fita vermelha, obrigatória até nos cavalos – foram se multiplicando e constituindo uma forma de se vestir federal. As eleições anuais para a Sala de Representantes foram mantidas por Rosas, mas passaram a funcionar como outro mecanismo a agir no sentido de promover o consenso, afinal havia sido implantado um sistema de lista única sobre o qual todos deveriam votar. Esse tipo novo e peculiar de legitimidade buscada por Rosas revela a sua crença na importância de uma ordem legal sob a qual poderia se construir um sistema que garantisse o mando e a obediência. Junto às eleições, as festas federais e os comícios serviam para mostrar a adesão ao chefe e à causa federal, no que foram bem sucedidas, visto o apoio dos setores populares, algo inédito até então, e que consistiu numa importante novidade do rosismo.

Em contraposição à imposição do consenso, esteve a intolerância ao dissenso. O governo dispôs de instrumentos de controle como a censura da imprensa e o cerco ao direito de reunião, além da depuração da máquina pública e de um aparato repressivo sofisticado. Ao mesmo tempo crescia a propaganda oficial, através de periódicos submetidos ao regime. As associações da sociedade

civil, por sua vez, passaram a ser alvo de crescente controle e em 1837, foi suprimido o *Salón Literario* de Marcos Sastre, cujos membros foram denunciados como inimigos da Federação. Naquela associação, estavam reunidos os jovens que formavam a geração romântica que ficaria conhecida como a “*Geração de 37*”⁹, entre os quais se encontravam o líder do movimento Esteban Echeverría, Juan Bautista Alberdi, Juan María Gutiérrez, Félix Frias, José Marmol e Vicente Fidel López; e além deles, alguns membros da geração anterior, que juntos debatiam novidades filosóficas e literárias vindas da Europa.

Além deste aparato coercitivo, a *Sociedade Popular Restauradora* – que já havia sido importante na supressão da ala “cismática” do Partido Federal – desempenhou um papel crucial na repressão durante o restante do governo de Rosas. Através de seu braço armado – a *Mazorca* – realizou inúmeros assassinatos e torturas, realizados por membros que em quase sua totalidade eram parte da polícia. Assim, a parte legal do aparato coercitivo do rosismo – que se completava com grupos de milícias no campo e na cidade, além do exército regular a serviço da causa federal – acabava não tendo fronteiras muito nítidas com a clandestinidade parapolicial da *Mazorca*, “o que permitiu ao governo justificar suas ações em diversas oportunidades como excessos populares, desvinculados da pessoa de Rosas”¹⁰.

O consenso permitiu a consolidação da ordem rosista que se auto-proclamava *republicana e federal*. A partir da Independência, um dos fatores constantes na vida política da região do Prata foi o surgimento de um poderoso discurso republicano. Segundo Jorge Myers, esse tipo de discurso se expressou de duas formas distintas: “em termos protoliberais, como na ênfase dada pelo regime de Rivadavia (1821-27) ao caráter *representativo* da República argentina”; ou “em termos republicanos clássicos, como na ênfase dada pelo regime rosista (1829-52) à virtude cívica, à subordinação à ordem estabelecida e à unanimidade política”. Para Myers, no entanto, havia algo que unia os dois tipos de discurso, pois “a tendência [de ambos] era no sentido do estabelecimento de uma identidade

⁹ Escolheu-se adotar a expressão “*Geração de 1837*” ao longo do trabalho.

¹⁰ TERNAVASIO, Marcela., *Historia de la Argentina, 1806-1852*, p. 210.

nacional que deveria ser definida basicamente em termos de objetivos e princípios políticos, em vez de nos atributos culturais dos habitantes do país”¹¹.

Já a noção de ordem federal foi sempre marcada por uma imprecisão¹² no rosismo; afinal, como já vimos, Rosas conseguiu exercer um poder baseado numa complexa teia de relações que lhe permitiu controlar os outros governos provinciais, ao mesmo tempo em que seu discurso procurava enfatizar a autonomia de cada província, o que contribuiu para que os termos “Federação” e “Confederação” fossem empregados de maneira muito flexível naqueles anos. É importante ressaltar que a indefinição acerca deste conceito será uma constante também no discurso dos membros da *Geração de 1837* e na própria historiografia tradicional argentina. No contexto dessa última, a confusão frequente, expressa principalmente na escolha quase indistinta entre os termos “federación” e “confederación”, é vinculada por Chieramonte àquela interpretação equivocada – que abordamos anteriormente – que considerou as províncias formadas na década de 1820 como partes de um Estado nacional argentino pré-existente.

Para Noemí Goldman, antes da “invenção” promovida pelo modelo de federalismo norte-americano expresso na constituição da Filadélfia de 1787, “los tratadistas políticos sólo conocían una forma de federación: la confederación como unión de Estados independientes”¹³; mais do que isso, o federalismo era normalmente entendido como uma forma de Estado “opuesta a la unidad”. O novo Estado Federal norte-americano, que surgia àquela época, criou a idéia de uma soberania única, do conjunto da nação se sobrepondo em relação às soberanias dos Estados membros. Ao observar a história da região do Prata, é necessário atentar para os diversos significados que *federalismo* carregou desde 1810.

Nesse sentido, o *Pacto Federal de 1831* – negociado entre Buenos Aires, Corrientes, Entre Ríos, Santa Fe, e às quais se incorporaram posteriormente as demais províncias – expressa um significado mais próximo à noção de

¹¹ MYERS, Jorge., *Língua, história e política na identidade argentina, 1840- 1880*, p. 184. In: PAMPLONA, M. A.; DOYLE, D. (orgs.). **Nacionalismo no Novo Mundo**. p. 179 -212.

¹² Aqui é preciso ter cuidado para não deixar-se cair no erro de fixar o conceito de federação como uma categoria fixa e imediatamente transposta de outras realidades, pois isto implicaria no risco de se negar a possibilidade do rosismo ter modificado e trazido novidades ao seu sentido.

¹³ GOLDMAN, Noemí., *Los orígenes del federalismo rioplatense (1820-1831)*, p. 109. In: GOLDMAN, Noemí. (org.). **Nueva Historia Argentina. Revolución, república, confederación**. Tomo III. p. 103 -124.

“confederação”, pois já se auto-anunciava como provisório e buscava garantir a liberdade de cada uma das províncias signatárias, delegando à uma espécie de esfera “estatal” apenas as negociações de paz e a organização da força militar em caso de guerra. Não houve ali, portanto, esforços para a criação de um poder central que se colocasse por cima das soberanias provinciais. Aquela espécie de “confederação”, mais do que “federação”, foi construída no sentido de ceder o mínimo da soberania e do controle político que exerciam aquelas províncias. Por isso, Goldman conclui que

[...] la historia política del período se caracterizó por esa permanente ambivalencia de sus protagonistas, tal como surgía del Pacto Federal: el reconocimiento de la libertad, de la independencia y, de hecho, de la soberanía de cada provincia, por un lado, y la frecuente alusión, por otro, a una posible organización nacional. Las constituciones provinciales remitían a una futura nación utilizando términos tales como: “República”, “República Argentina” o “Estado Argentino”.¹⁴

Em lugar de aceitar discutir uma constituição – assunto que se tornou definitivamente, um assunto proibido para o governo – foi construída, a partir do *Pacto Federal de 1831*, uma ordem supra-provincial sobre os princípios da unanimidade, e do consenso fortalecido pelo plebiscito, típicos de uma nova legitimidade que ali surgia; aliados à relativa centralização desse poder em Buenos Aires e na figura de Rosas – um conjunto de fatores que forma o que podemos considerar como um esforço de inédita engenharia política.

A assimetria sob a qual se estabeleceu o rosismo, que progressivamente submetia as províncias ao poder central – exercido desde Buenos Aires – teve de estar sendo constantemente negociada, para contornar as constantes exigências por uma organização constitucional que rompesse o que as províncias percebiam como privilégios; com a ressalva de que mesmo a postura a favor de uma constituição chegava a variar, de acordo com as necessidades de cada província, e com as exigências de cada momento.

Ao longo da década de 1840 a repressão virulenta da Mazorca, com assassinatos, atentados, torturas e prisões de supostos unitários foi mais intensa que nunca. Com a reconfiguração da unanimidade rosista no norte, somada à queda de Rivera promovida pelas tropas de Oribe no Uruguai, a hegemonia da ordem rosista alcançou o ápice de sua força. A paz alcançada em Buenos Aires

¹⁴ Ibid., p. 111.

por uma máquina “que parecia funcionar de maneira quase automática”¹⁵, com práticas que seguiam fortalecendo o vínculo direto entre o povo e governador, já havia se estendido às outras províncias. Assim, a partir de 1843, as ameaças mais importantes ao rosismo estariam do lado de fora das fronteiras da Confederação.

À parte os conflitos políticos – como a reação da França e da Inglaterra ao apoio de Rosas ao cerco de Montevidéu promovido por Manuel Oribe¹⁶ – refiro-me principalmente ao terreno das idéias, caracterizado por ofensivas que vinham de fora de suas fronteiras, afinal elas partiriam dos que estavam exilados principalmente no Chile e no Uruguai, e se manifestaram tanto em críticas virulentas a Rosas, quanto em projetos de país que deveriam ser implantados após a sua queda. Numa primeira etapa, aqueles homens condenaram a tradição espanhola e criticaram a velha geração unitária, recusando o neoclassicismo do período rivadaviano e bebendo da fonte de correntes como o romantismo, o socialismo, o sansimonismo e do ecletismo. Em termos políticos buscaram superar a antinomia entre federais e unitários, se apresentando para propor uma nova concepção do que deveria ser uma nação – tema que se constituiu como central para essa geração. Em sintonia com o romantismo europeu, buscavam ressaltar a importância da realidade específica local em todas as suas dimensões para definir uma identidade nacional, a base sobre a qual se ergueria o novo país que logo emergiria da revolução.

A partir do momento em que fracassa o projeto inicial de quase todos aqueles intelectuais, que era “transformar o tirano em uma espécie de agente involuntário da razão”, Rosas passaria a estar atrelado, junto dos unitários, ao “período da espada”, passando a ser considerado como incapaz de agir no sentido de qualquer tipo de construção; nos termos de Alberdi, passava a ser parte da “época desorganizadora”, e sendo assim deveria ser imediatamente excluído da nova “época organizadora”, que dependia de sua queda para ser deflagrada.

A geração de românticos argentinos de 1837 é tratada como o primeiro movimento intelectual movido pelo propósito de interpretar a realidade argentina.

¹⁵ TERNAVASIO, Marcela., *Historia de la Argentina, 1806-1852*, op. cit., p. 58.

¹⁶ Militar e político de Montevidéu que apoiado por Rosas, rivalizou com José Fructuoso Rivera de meados da década de 1830 até o fim do rosismo em 1852 pelo poder na República Oriental.

A partir do diálogo com o Romantismo europeu, buscou e desempenhou um importante protagonismo a partir do sonho de civilizar e construir uma nação. Aqueles jovens românticos encaravam essa construção como um longo caminho, no qual seria sua “missão” completar a emancipação política realizada pela geração que fez a independência no plano material, com a libertação também no plano intelectual, levando assim ao rompimento definitivo com a mentalidade dominante no período colonial.

No momento decisivo gerado a partir da queda de Rosas – ou mais exatamente desde a consolidação do poder daquele na etapa final de seu governo – esses intelectuais ganhavam cada vez mais importância como autores e também atores efetivos na transformação de seus contextos políticos. E isto não só operando e modificando os seus contextos lingüísticos através dos atos de fala, mas também no campo da ação política propriamente dita, percebida na presença de Mitre e Sarmiento no “Exército Grande” comandado por Urquiza, e também na ocupação de cargos políticos por eles – tomando o exemplo do próprio Sarmiento que chegou à presidência – ou de Alberdi, que exerceu cargos na diplomacia, além de ter sido eleito deputado por sua província.

A auto-proclamada *Nova Geração*, mesmo não renegando a condição de herdeira da tradição dos homens que fizeram a independência, tomou o seu lugar na luta política e buscou se posicionar ideologicamente contrária aos seus predecessores. No entanto, insistiram na idéia herdada dos unitários de considerar a hegemonia da classe letrada como algo natural, um elemento básico para o alcance do tipo de ordem que aspiravam. Tanto que o principal ranço opositor contra a elite revolucionária tem a ver com a premissa de que esta teria destruído, através de uma série de decisões insensatas, as bases que mantinha essa hegemonia; sendo que essa perda “teria permitido que os opulentos e menos esclarecidos chefes do federalismo, assumissem o controle dos rumos da nação argentina”¹⁷.

A defesa por uma hegemonia dos letrados esteve justificada pela crença de que eles seriam portadores de todo um aparato de idéias e soluções que – construídas sobre um novo esforço intelectual em unir a noção de soberania da

¹⁷ Ver HALPERÍN DONGHI, Tulio., *Una nación para el desierto argentino*.

razão com os princípios românticos – permitiriam oferecer orientação para os rumos de uma sociedade encarada por eles como essencialmente passiva. Exatamente a passividade daquela sociedade, determinaria que os capazes de pensá-la teriam o direito de governá-la. A questão principal em jogo no que concerne à legitimidade dessa hegemonia é que, para a geração romântica, não haveria outra opção intelectual possível que não fosse a deles. Os unitários, que naturalmente poderiam representar tal opção, eram criticados como cegos por sua crença inabalável no iluminismo, o que os colocaria na condição de ideologicamente ultrapassados; os “toscos” chefes-federais, por sua vez, não eram vistos de início como inimigos, mas como instrumentos que poderiam servir para realizar os seus projetos¹⁸. Naquele momento – anterior à radicalização no cenário político que levou ao exílio de muitos deles – este era o caminho pelo qual os jovens românticos acreditavam ser possível operar as mudanças necessárias à tarefa de construção da nação argentina que almejavam.

No entanto, o agravamento das crises políticas a partir de 1838 – com o entrelaçamento da crise uruguaia e argentina, além do início da intervenção francesa – deflagrou uma ação mais militante; era o momento de não mais só pensar, escrever, e formar líderes, mas também de atuar efetivamente no jogo político. Em meio a toda esta crise política e ideológica, a *Nova Geração* acabou propondo algumas possíveis soluções para a fragmentação ideológica que reinava entre os opositores do federalismo. Os esforços em direção a uma coesão grupal tiveram início a partir da criação – sob a liderança de Esteban Echeverría, Alberdi e Juan Maria Gutiérrez – do *Salón Literário*, espécie de instituição – que inspirada em práticas de sociabilidade literária existentes na Europa – estimulava a prática da leitura coletiva no lugar da individual, fazendo com que as idéias contidas em livros chegados do exterior fossem objetos de intensa discussão entre os membros. Mesmo existindo somente por alguns meses do ano de 1837 – tendo sido o seu fim resultado da repressão rosista, mas também da diversidade ideológica dos seus

¹⁸ Echeverría, por exemplo, em *Ojeada retrospectiva sobre el movimiento intelectual en el Plata desde el año 37*, trata Rosas como um “imbecil” e “malvado”, promotor de uma “contrarrevolución”, e que este se recusou a pôr o seu poder político a serviço deles, ao mesmo tempo que considerava Lavalle como “una espada sin cabeza”. Ver ECHEVERRÍA, Esteban., *Ojeada retrospectiva sobre el movimiento intelectual en Plata desde el año 37*. In: _____. **E. Dogma socialista de la Asociación de Mayo, precedido de una ojeada retrospectiva sobre el movimiento intelectual en Plata desde el año 37.**

membros – o “*Salón*” serve como marco do primeiro momento em que a Nova Geração apareceu de maneira relativamente coesa, cristalizando a identidade do movimento romântico em solo rio-platense; já que a aceitação das idéias do romantismo europeu, por parte da geração mais jovem, estimulou o distanciamento em relação aos representantes mais antigos, daquela tradição unitária pós-independência.

É útil pontuar que a principal contribuição daquela geração – mesmo tendo em vista a já descrita heterogeneidade do grupo – esteve na nova noção de ação política. Foi terreno comum entre aqueles intelectuais partir de um diagnóstico do presente, para então propor uma estrutura menos relacionada à experiência histórica e mais a um modelo previamente definido – ou seja, um projeto – através do qual eles tomariam para si a tarefa de conduzir o país politicamente rumo ao ideal de construir uma nação civilizada. Junto da importância da idéia de diagnóstico a que se sucede um projeto – e nunca devemos perder de vista que ao tratar a *Geração de 1837* estaremos necessariamente lidando na verdade com diversos projetos – é fundamental chamar a atenção para duas questões de grande importância para pensarmos em mudanças mais gerais que ocorreram na forma em como os românticos argentinos idealizariam a civilização.

A primeira é que com o passar da década de 1840, os jovens românticos foram percebendo que para se tornarem líderes e obterem sucesso na implantação de seus projetos civilizatórios, a sua posição, como uma elite política totalmente independente das elites econômicas e das classes populares, não mais poderia ser sustentada. Tal configuração, fruto do pós-independência, foi colocada abaixo não somente pelo poder que foram adquirindo as classes proprietárias – principalmente a bonaerense – no final do período Rosas; mas também pela gradativa massificação da política promovida por uma das faces da nova forma de fazer política rosista, e de seus instrumentos – como os plebiscitos, o sufrágio e os novos “ritos federais” – que operavam no sentido do consenso e da unanimidade, ao mesmo tempo em que promoveram uma maior participação das camadas populares na política. Nesse novo entendimento das classes populares as convulsões da sociedade européia também exerceram um papel importante, pois frente ao sentimento de que “a plebe queria se sobrepor a gente principal”, a

aproximação da elite intelectual romântica com as outras elites político-econômicas ganhou uma grande motivação. Apresentava-se um novo momento, em que passava a ser fundamental a aliança com outros setores sociais – o que certamente implicou em consequências no próprio caráter de seus projetos.

A segunda questão diz respeito ao complexo processo durante o qual os homens da geração romântica tiveram que forçadamente – no afã de pensar a construção da nação e a conseqüente emancipação mental que intencionavam – repensar a própria história e realidade em que se inseriam, à luz da influência do romantismo europeu. Por mais que a caracterização da *Geração de 1837* esboçada aqui tenha procurado deixar claro o seu rompimento com os unitários, é necessário ressaltar que além da existência de diversas continuidades no pensamento dos dois grupos – vide a insistência na necessidade de erradicação dos resquícios do pensamento tradicionalista colonial – uma mesma causa animou a ambos os grupos: a busca da civilização. Nesse sentido, para Elías Palti,

ninguno de los miembros de la joven generación dudaba aún, hacia 1837, de que la marcha espontánea de las formas nativas de sociabilidad se encaminaba fatalmente hacia la completa realización de los principios y valores esenciales a la especie humana.¹⁹

Através da inspiração no romantismo europeu – sobretudo com a tradição intelectual e literária francesa – os jovens românticos argentinos acreditavam que estariam aprendendo a pensar à maneira moderna. Quando Echeverría retorna da França, o romantismo já existia há meio-século na Europa, e já disputava terreno com o realismo nas artes e positivismo na filosofia e nas ciências sociais. Idéias como a importância da subjetividade – com a valorização do que é específico e original – e a admissão do campo da irracionalidade – pela consideração da imaginação e das emoções como parte essencial do estudo do que compunha o homem e a sociedade – foram algumas das que ajudaram na gênese de um “historicismo romântico rioplatense”, em cuja invenção e protagonismo a *Geração de 1837* foi fundamental²⁰.

¹⁹ PALTÍ, Elías José., *El momento romántico: nación, historia y lenguajes políticos en la Argentina del siglo XIX*, p. 27.

²⁰ Além do já citado estudo *Língua, história e política na identidade argentina*, de Jorge Myers, outro bom mapa introdutório sobre a influência do romantismo europeu sobre a *Geração de 1837* foi elaborado por Bernardo Ricupero. RICUPERO, Bernardo., *A civilização da Argentina*. In: R____. **O romantismo e a idéia de nação no Brasil**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2004. p. 207-268.

A busca pelo que era autêntico, próprio, original e distintivo de sua cultura, caracterizou os jovens românticos por terem tentado guiar o seu diagnóstico da sociedade através de “parâmetros não-europeus”. Assim deixavam para trás o cosmopolitismo ilustrado dos unitários, que percebiam como baseado unicamente na razão, e por isso mesmo afastado de qualquer tentativa de análise da realidade americana.

A disseminação do historicismo – entendido aqui como uma concepção em que a essência dos fenômenos sociais seria a sua historicidade, o que passa a exigir o conhecimento histórico como condição para fazê-los inteligíveis²¹ – na região do Rio da Prata, esteve condicionada pelas grandes transformações conceituais mais gerais que tangenciamos anteriormente. O próprio conceito de *história*, que estivera até então acoplado ao *topos* “história mestra da vida” – portanto relacionado a noção de que toda experiência existente ou por vir poderia ser reduzida de algum modo a outra já ocorrida – passava a significar, desde a metade do século XVIII – e em particular a partir da Revolução Francesa – uma “expresión de la totalidad de la experiencia humana y fuerza que anima su ser, constituyéndose así en un metaconcepto que oficia como condición de posibilidad de todas las historias acontecidas”²².

É claro que a maneira pela qual a *Geração de 1837* lidou com a história, esteve balizada por esse novo significado do conceito. A proximidade temporal com o momento da independência, a que se seguiu uma decidida negação do passado colonial, tornou muito difícil que aqueles intelectuais conseguissem se livrar da perspectiva desenvolvida naquele período, da necessidade de investigar as suas origens a fim de formar uma identidade e definir o que os legitimaria como *nação*.

A perspectiva de substanciar a nação esbarrava na impossibilidade de explicá-la através dos elementos aos quais era possível recorrer, como na Europa, para definir ao mesmo tempo a unidade e a exclusividade exigidas para formalizar uma *identidade nacional*. Jorge Myers²³ lembra, por exemplo, das dificuldades em

²¹ Cf. nota 6.

²² Ibid., p. 21.

²³ Cf. MYERS, Jorge., *Língua, história e política na identidade argentina, 1840- 1880*, op. cit.

se estabelecer uma identidade cultural comum; primeiramente, em função da tradicional divisão cultural entre a cidade e o campo, e na maneira pela qual a elite argentina lamentava o contraste com os *gaúchos*. Myers aponta em segundo lugar a predominância das unidades provinciais – inspiradas em patriotismos regionais potencializados pela experiência de autonomia política vivida até 1853; e por último, a questão do *deserto*, ou seja, o fato de que as elites culpavam a escassez de população pelo atraso econômico e pela “falta de sociabilidade” e “violência” dos habitantes do campo. O fato de que seria apenas após as décadas de 1860 e 1870 – em última análise como consequência dos esforços do sistema de educação do Estado – que o termo argentino viria a se transformar no indicativo de todos os habitantes da República Argentina, corroboraria essa dificuldade em estabelecer identidades.

A partir da independência, sob a pressão de encontrar um lugar e uma origem para as novas entidades políticas da região do Rio da Prata, os homens que buscavam escrever sobre aquele tempo desenvolveram a idéia de que os novos Estados deram formas institucionais a nações preexistentes, cujas histórias deveriam ser por eles reveladas. Essas histórias seriam escritas durante o século XIX caracterizadas por um curso unitário e evolutivo, no qual os princípios particulares de cada nacionalidade se desenvolviam progressivamente em fases movidas pela lógica; portanto passíveis de serem decifradas pela razão. É claro que – hoje é fácil constatar – naquele contexto específico pós-revolucionário das sociedades latino-americanas não seria nada fácil realizar tal esforço; afinal já tratamos dos obstáculos que atravessavam a busca de identidades em comum, além do poder das entidades mais locais e a capacidade que mostraram se se institucionalizar, constituindo-se nas províncias como expressões locais de poder.

Este quadro passou a sofrer mudanças devido a dois conjuntos de fatores principais; o primeiro mais ligado à torrente de eventos que modificou profundamente a realidade daqueles intelectuais. Fundamentalmente estamos considerando aqui o acirramento da repressão e o exílio como resultado desta, quando o regime rosista passou a ser representado como bárbaro, ainda que tenha continuado até o início da década de 1840 a ser identificado por muitos dos românticos como a expressão da realidade local e encarnação da nacionalidade. A partir de então, a história local se ergueu definitivamente contra aquelas leis

universais, afinal Rosas havia levado o país numa direção contrária ao que o curso evolutivo baseado na filosofia da história iluminista pregava e previa; e desta forma, já não seria possível uma elaboração historiográfica do passado argentino que seguisse o conceito de “nacionalismo genealógico” – como empregado pelo historiador Elías Palti²⁴ – baseado na justificação racional do caráter nacional, através da auto-celebração de construções pré-existentes como língua, etnia ou tradições.

O que se pode apreender dos escritos dos jovens românticos daquele momento é que havia uma sensação geral entre eles de que o curso da história não teria levado o seu país a lugar algum, e pior ainda, teria desencadeado a tragédia do rosismo. A partir da análise do discurso de Alberdi, que será desenvolvida no primeiro capítulo, é possível perceber claramente essa trajetória do conceito genético-evolutivo de nação, e as tensões inerentes a tentativa de dar conta daquela realidade através do seu uso.

As mudanças na realidade e a interpretação dessas sob as pautas do historicismo romântico são, portanto, problemas fundamentais para pensarmos a concepção dos projetos de nação e civilização pelos homens da *Geração de 1837*. Como alcançar a civilização se as leis do progresso parecem não existir, visto que o que a realidade apresentava era o crescimento arrebatador do poder de Rosas? Eis a questão que se erguia à frente de Alberdi e Sarmiento ao longo da década de 1840, sob a confirmação da hegemonia rosista.

As interpretações e projetos desses dois autores estarão inseridas nesse momento de crise do conceito genealógico de nação, no qual tiveram que lidar com a tarefa árdua de, ao mesmo tempo, reconhecer a historicidade dos fenômenos sociais – como o rosismo – e enfrentar o possível caráter contingencial destes. Terá importância fundamental nessa crise o conceito de *progresso*, que se articulará no discurso de ambos como um princípio que opera no sentido de juntar essas duas perspectivas, pois carrega consigo a possibilidade de “dar legalidade a todo lo existente”²⁵, inclusive à dimensão das mudanças, cujo horizonte estará cada vez mais afastado do que o passado ou o presente teriam deixado determinado.

²⁴ Cf. PALTÍ, Elías., op. cit.

²⁵ WASSERMAN, Fabio., op. cit., p. 22.

Os conceitos passaram a apontar cada vez mais para o futuro, e a “aceleração do tempo histórico” diminuiu consideravelmente o conteúdo empírico no significado de muitos deles, ao passo que aumentou proporcionalmente a exigência de realização futura contida neles. A co-incidência entre o conteúdo empírico e o campo de expectativa, diminuindo progressivamente, é o que para Koselleck explica a criação dos numerosos “ismos” que serviram como conceitos de agrupamento e dinâmica para organizar as massas desarticuladas. Mas para o âmbito do conceito de “civilização” este raciocínio também pode ser explorado, pois aquele contexto da elaboração de projetos nacionais e civilizatórios, também se insere na lógica de uma aceleração do tempo responsável pelo aumento da noção de espaço para a ação, e que estimula a projeção de expectativas para o futuro, ampliadoras do “horizonte de expectativa”.

A exemplo daqueles conceitos de sufixo *ismo*, o conceito de “civilização” passou a incorporar novos significados durante o século XIX. No seu caso, desde as suas primeiras aparições no campo jurídico – remetendo a transferência de uma matéria criminal para o âmbito civil – o conceito sofreu alterações, sobretudo após a incorporação do sufixo “ação” ainda no século XVIII – cujo primeiro uso em francês costuma ser conferido a Mirabeau em 1756 – e o grande impacto da Revolução Francesa. O conceito passava a operar de maneira inseparável em relação a outro – o de “progresso”, cuja influência já analisamos no conceito de “história”; dessa maneira, “se descubría”, entre a “barbarie original” e a “condición presente del hombre en sociedade”, uma

gradación universal, un lento proceso de educación y afinación – en una palabra, un progreso constante en el orden de lo que la *civilité*, término estático, no bastaba ya para espresar y que no había más que llamar *civilisation* para definir juntos el sentido y la continuidad.²⁶

Interessa-nos, exatamente, esse momento em que a palavra passou a carregar consigo a idéia de um processo, ligada à filosofia da história, que se desenvolve em uma noção inseparável de hierarquia entre diversos “patamares civilizatórios”, que operam como critérios de distinção entre elas.

²⁶ BENVENISTE, Émile., *Civilización. Contribución a la historia de la palabra*, p. 213. In: **Problemas de Lingüística General**. México: Siglo Veinteuno Editores, 1974. p. 209 -18.

A maneira que Guizot aborda o tema nos serve como um importante exemplo sobre esse novo uso e significado do conceito de civilização. Para ele, ainda que não houvesse “nenhuma grande idéia, nenhum grande principio de civilização que, para difundir-se não tenha passado antes pela França”, o fato de existir “un destino general de la humanidad, una transmisión del depósito de la civilización”, abria espaço para a idéia de “progresso” e para a idéia de “un pueblo que anda, no para cambiar de lugar, sino para cambiar de estado; de un pueblo cuya condición se ensancha y mejora. Guizot conclui esse raciocínio afirmando que a “idea del progreso, del desarrollo [...] es la idea fundamental contenida en la palabra *civilización*”²⁷. O conceito de civilização em Guizot abrange, portanto, a noção de *marcha* característica da filosofia da história, e pressupõe a existência de diversos patamares civilizatórios, passíveis de serem vencidos em função da possibilidade do “aperfeiçoamento” – característica da filosofia da história – da “vida civil” e do desenvolvimento das sociedades e das relações entre os homens.

No caso da região do Rio da Prata, o conceito de civilização esteve ligado, em um primeiro momento, sob contexto da ilustração e das reformas borbônicas, a uma etapa final do desenvolvimento das sociedades, significando “un estado de orden y de paz civil, de prosperidad material y rectitud moral”²⁸. Entretanto, Alberdi e Sarmiento, já estariam inseridos em um momento distinto, onde – a partir da revolução de independência – passaria a estar em jogo a definição de uma identidade nacional através da busca de uma distinção entre Argentina e Europa, capaz de encontrar um lugar para o país dentro do curso da história e “dentro do concerto das nações civilizadas”, em um sentido semelhante a noção de “patamares civilizatórios” expressada por Guizot.

Outra característica importante desse novo momento do conceito de civilização, é a possibilidade de se detectar a permanência – e isso é muito claro no contexto da região do Prata – do seu uso ligado à ação de polir os costumes. Na acepção em que era utilizado ainda nos dicionários dos séculos XVII e XVIII, civilizar “seria, tanto para os homens quanto para os objetos, abolir todas as

²⁷ GUIZOT, François., *Historia de la civilización en Europa: desde la caída del Imperio Romano hasta la Revolución Francesa*, p. 26.

²⁸ VERDO, Geneviève., *Iberconceptos – Argentina – Civilización*, p . 2.

asperezas e as desigualdades *grosseiras*, apagar toda rudeza, suprimir tud que poderia dar lugar ao atrito[...]”²⁹. Starobinski detecta também, em um dicionário de Trevoux, do século XVIII, que já havia um “inventário das instâncias *civilizadoras*”, bem como “toda uma lista de candidatos à transformação polída”, ou seja, “os bárbaros, os provincianos, os jovens, em suma, a *natureza feroz e grosseira* antes que a arte tenha se encarregado dela para aperfeiçoar, isto é, para alterá-la em um processo de suavização, de ornamento e de educação”³⁰. Nesse sentido, pela ação progressiva que carrega, aparece a coincidência semântica do verbo “polir” com aquele “civilizar”.

É especialmente importante levar em conta o argumento de Starobinski de que essa associação de “civilização”, com os conceitos de “perfectibilidade” e “progresso”,

não designará apenas um processo complexo de refinamento dos costumes, de organização social, de equipamento técnico, de aumento dos conhecimentos, mas se carregará de uma aura sagrada, que a tornará apta, ora a reforçar os valores religiosos tradicionais, ora, em uma perspectiva inversa, a suplantá-los. A observação que se impõe (e que a história da palavra *civilização* nos ajuda a formular) é que, tão logo a noção adquire uma autoridade *sagrada*, e, em consequência, exerce um poder mobilizador, não tarda a suscitar o conflito entre grupos políticos ou escolas de pensamento rivais, que se pretendem seus representantes e defensores, reivindicando, a esse título, o monopólio de sua propagação.

Para além de “avaliar os defeitos ou os méritos da civilização”, esta se tornou, ela própria, “o critério por excelência”. Esse argumento é caro para nós, sobretudo pela forma como, de fato, o conceito de civilização de Alberdi e Sarmiento adquiriu o “valor incontestável” ao qual se refere Starobinski, buscando identificar o que operasse contra ela como “barbárie”. No entanto, conforme se tentará mostrar ao longo do período compreendido por este trabalho, os discursos de cada um deles variaram na maneira de interpretar essa barbárie, sendo que as tensões que caracterizaram o uso do conceito genético-evolutivo de nação e o paradigma historicista – conforme expostas por Elías Palti – tiveram papel fundamental para aquelas interpretações distintas e nas alterações semânticas reveladas a partir da análise do conceito de “civilização”.

²⁹ STAROBINSKY, Jean., *As máscaras da civilização*, p. 26.

³⁰ *Ibid.*, p. 28.

Nos dois capítulos deste trabalho, o objetivo fundamental será reconstruir a linguagem política relacionada à “civilização”, no sentido de compreender a abertura no “horizonte de expectativas” de ambos os autores, que abre espaço para a ação e para a elaboração de projetos nacionais-civilizatórios, progressivamente mais inclinados à possibilidade de transformar a sociedade, que se ainda era percebida como alocada sobre um patamar civilizatório inferior ao Europeu, era pensada já como uma “civilização argentina”. Aqueles projetos passam a se afastar cada vez mais do determinismo do presente e do passado, para se preocupar cada vez mais com as possibilidades de um futuro pensado utopicamente, com a ressalva de que não chegam a abandonar de vez a herança do historicismo romântico e a realidade política.

“Civilização” e “nação”, no discurso político de Alberdi e Sarmiento, parecem ser termos cuja carga semântica passa a convergir, no percurso que vai do final da década de 1830 até 1852, em direção a um termo mais complexo, “nação civilizada”, que indica de uma só vez aquela crença crescente na possibilidade de “civilizar” a região do Prata, e a relação de dependência entre uma tarefa e outra; ou seja, para “civilizar” seria imprescindível a “organização” daquele território em uma “nação”. Veremos a partir de agora como essa relação ocorre, ao longo do tempo, nos projetos de cada um deles, além da perspectiva de comparação entre as distintas maneiras de “civilizar” propostas pelos dois intelectuais que acabaram se tornando os mais proeminentes nesse contexto de intenso embate político sobre qual seria a melhor maneira de organizar a incipiente nação argentina.